



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

30 DE SETEMBRO DE 2022



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

30 DE SETEMBRO DE 2022

No dia trinta de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no auditório Tomaz Ribas do edifício do Paço dos Henriques em Alcáçovas, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão;
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara;
- 3) Pedido de autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes da aquisição de imóveis em Viana do Alentejo;
- 4) Pedido de autorização para assunção de compromissos plurianuais relativos à Empreitada de Ampliação do Centro Municipal de Proteção Civil de Viana do Alentejo;
- 5) Proposta de aprovação da 5.ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita;
- 6) Proposta de aprovação da 5.ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa;
- 7) Proposta de aprovação da 2.ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos;
- 8) Proposta de apoio financeiro à Freguesia de Alcáçovas, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação (Semana Cultural).

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e constatando a falta da primeira secretária, declarou que nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º do Regimento, nas faltas e impedimentos do primeiro secretário este é substituído pelo segundo secretário. Assim, na ausência da primeira secretária Marília de Jesus Vaz Rasquinho as funções de primeiro secretário foram exercidas pelo membro Nuno José Caeiro Grave. -----

O Senhor Presidente da Assembleia utilizou então a faculdade prevista no n.º 4 do artigo 16.º do Regimento, designando o membro Sara Patricia Galega Rodrigues, para integrar a mesa na qualidade de segunda secretária. -----

O primeiro secretário da Mesa procedeu à verificação das presenças, estando presentes os seguintes membros:

- Estêvão Manuel Machado Pereira, que presidiu
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de primeiro secretário
- Vítor Manuel Lôpas Fialho
- Sara Patrícia Galega Rodrigues, na qualidade de segunda secretária
- António Manuel Dimas Grosso
- Marta Sofia São Pedro Figueiredo Lopes Rebocho
- Bernardino António Bengalinha Pinto



- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes
- Célia do Carmo Mendes Remourinho Peres Sabino
- Ricardo Filipe Malagão Soldado
- Rosinda de Fátima Bandarra Gaio, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar
- Frederico Miguel Claudino Nunes de Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas
- Vasco Miguel Teles Fialho, Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo.

O membro Marília de Jesus Vaz Rasquinho, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Paula Alexandra Mendes Maurício. O membro Joana de Carvalho Galvão, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro José Fernando Nazaré Pereira. -----

O membro Cecília Isabel Pinto Lopes, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Fernando Augusto Sampaio Monteiro de Brito e Silva. -----

O membro João de Deus Carapeto Fialho, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Paula Margarida Leal Calca. ----- Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, tendo estado também presentes todos os Vereadores. -----

O Senhor Presidente da Assembleia informou que por motivos de ordem pessoal a Dr.ª Maria d'Aires Vilela que habitualmente vem secretariar a Assembleia, não está hoje disponível, tendo sido substituída pela Técnica Superior Paula Coelho, cuja disponibilidade agradeceu. Pelo mesmo motivo não será possível apreciar e votar as atas relativas à sessão ordinária de 30 de junho de 2022 e à sessão extraordinária de 8 de agosto de 2022, conforme indicado no Edital onde foi publicitada a Ordem de Trabalhos. -----

No período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, referindo que a mesma se encontra disponível para quem a quiser consultar. -----

O membro Célia do Carmo Mendes Remourinho Peres Sabino, em representação dos eleitos do VIVA questionou sobre o processo de descentralização para as Juntas de Freguesia. Já passou um ano de mandato, de acordo com a Lei, o Auto de Transferência devia ter sido feito até junho, chegados a setembro, referiu que continuam sem ter informação sobre o assunto. -

O membro Paula Alexandra Mendes Mauricio felicitou a Câmara e o executivo pela realização da Feira D'Aires / 2022, pela forma como foi estruturada, pela exposição dos pavilhões, a imagem do Santuário por trás, valorizou a imagem que tiveram do espaço que é bastante bonito. A limpeza do terreno principalmente depois de domingo, com a saída dos feirantes, também correu muito bem, pois na segunda-feira o terreno não estava cheio de papeis e de



plásticos como era habitual. Um aspeto menos positivo que tem de ser referido, foi a limpeza da tenda da gastronomia, que foi entregue a uma empresa privada, não foram os trabalhadores da Câmara, que por sua vez também estão de parabéns pelo modo como decorreu a feira. Salientou ainda, relativamente à zona envolvente do Santuário, que foi objeto de uma intervenção, ainda por parte do anterior executivo, tal como referiu o Senhor Vereador Luis Metrogos, na última reunião de câmara, foram as melhorias introduzidas no espaço que permitiram, a qualidade da realização do evento. Concordou com o Senhor Vereador que o espaço precisava de intervenção, mas achou necessário explicar às pessoas que o projeto da Zona envolvente ao Santuário está concluído, embora muitos munícipes pensem que não. Semanas antes da feira houve variadíssimas opiniões nas redes sociais, com algumas simulações de uma nova piscina municipal, por causa da tão esperada chuva. De facto, o espaço ficou alagado. Foi sorte, não chover na semana a seguir, a Câmara conseguiu resolver aquele espaço, mas o problema vai-se manter porque aquele projeto é efetivamente assim. Não tem escoamento de água nem de esgotos. Os feirantes depararam-se com a necessidade de vazar esgotos a céu aberto. Estando o espaço preparado e estruturado para fazer ali uma feira com a dimensão da Feira D'Aires, é necessário prever pontos de escoamento de água e de esgotos, trata-se de uma deficiência do projeto. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto, tendo em conta a importância do fabrico dos chocalhos para a comunidade, particularmente de Alcáçovas e não só, com toda a sua envolvência através da inscrição na Lista de Salvaguarda Urgente do Património Cultural Imaterial da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, questionou quais foram os motivos que estiveram na base da decisão de desmontar a exposição permanente, estando este espaço interpretativo sobre o fabrico dos chocalhos, residente no primeiro andar do Paço dos Henriques, estava num espaço amplo e projetado por profissionais e agora está num espaço muito reduzido. Lembrou ainda que o espaço interpretativo do fabrico dos chocalhos, fazia parte do compromisso que os promotores da candidatura do chocalho, tinham através do seu Plano de Salvaguarda. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto lamentou também, a discriminação e a falta de consideração do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal por alguns membros da Assembleia ao não proporcionar a todos igualdade de condições de trabalho, nestas sessões. Ou seja, quem quiser utilizar um computador portátil, não o pode fazer, porque não existem condições para tal. Recordou que antes da pandemia as sessões da Assembleia Municipal eram igualmente descentralizadas e todos os membros tinham as mesmas condições de trabalho, nomeadamente uma mesa, para apoiar os respetivos materiais, quer em Viana, quer em Alcáçovas ou em Aguiar. O que não acontece agora, ou seja, neste aspeto estão pior do que estavam antes. Aliás, basta comparar com as reuniões de Câmara em que todos os Vereadores têm os seus portáteis, e bem. Permitted-se trazer uma fotografia de uma reunião de Câmara, em que cada Vereador tem o seu portátil, exceto a Senhora Vice-Presidente, mas apenas por uma questão de opção, no entanto todos têm as mesmas condições de trabalho. Para tornar a Assembleia Municipal mais criativa, mais produtiva, terá de ser bem preparada, pelo que trazer todos os documentos necessários em papel, não é a melhor opção. Por último, na sequência da intervenção do membro Paula Mauricio, o membro Bernardino



Bengalinha Pinto referiu que foi complexo fazer o projeto da “Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora d’Aires” e arranjar dinheiro para ele. Todos os projetos apresentam deficiências, umas são corrigidas no meio e algumas têm de ser corrigidas mesmo no fim. Relembrou que está quase a fazer um ano que o anterior executivo saiu da Câmara e que por enquanto ainda só estão a falar de projetos do anterior executivo. Referiu ainda esperar que os projetos do atual executivo não tenham deficiências. Por fim o membro Bernardino Bengalinha Pinto felicitou todos pelo modo como decorreu a Feira d’Aires, quer para os munícipes de Viana do Alentejo, quer para os visitantes. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em resposta à questão que o membro Bernardino Bengalinha Pinto lhe dirigiu, que já tinha sido colocada na Assembleia Municipal que decorreu em Aguiar, referiu que se calhar só se fizessem tudo como era feito antes, é que faziam bem feito, ou seja a Assembleia em Aguiar tinha de se reunir na Junta de Freguesia, porque aí havia mesas e todos estavam em igualdade de circunstâncias; as Assembleias em Alcáçovas tinham de voltar à delegação da Câmara, porque aparentemente o Paço dos Henriques não tem condições para tal. Eventualmente podia ter, pois as cadeiras onde se sentam os membros da Assembleia, têm melhores condições que as dos membros da mesa, mas bastava que as cadeiras tivessem uma palmatória, como as do Cineteatro Vianense e se calhar já haveria algumas condições para poderem usar computador portátil, com algum apoio. O Senhor Presidente da Assembleia referiu, não saber se seria suficientemente bom, de qualquer forma já resolvia. Referiu que as Assembleias em Viana, já há vários anos que se realizam no Cineteatro, com as condições que lá existem. Perante a resposta do membro Bengalinha Pinto que referiu terem-se realizado na Junta de Freguesia de Viana, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal achou a sugestão ainda pior: Junta de Freguesia de Aguiar, Junta de Freguesia de Viana do Alentejo e Delegação da Câmara em Alcáçovas. As condições ideais são aquelas em que todos têm uma mesa, para estar em pé de igualdade. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu então que na Delegação da Câmara em Alcáçovas, realmente todos poderiam ter uma mesa e um computador, mas em relação a todas as outras condições, o espaço do Paço dos Henriques é melhor. O Senhor Presidente referiu ainda que para as várias pessoas do público, que felizmente vieram assistir à sessão da Assembleia, no auditório tem muito melhores condições. No entanto quem faz a gestão dos espaços municipais é a Câmara, fica o repto ao Senhor Presidente da Câmara, a ideia é manter a ótica das sessões ordinárias da Assembleia Municipal rotativas pelas freguesias, a próxima será em Aguiar. Se o Senhor Presidente da Câmara assim o entender criará as condições para que todos os eleitos tenham uma mesa onde possam colocar o computador, para todos estarem em pé de igualdade. -----

Apesar de o Senhor Presidente não se sentir favorecido em relação às condições de trabalho enquanto esteve do outro lado, também nunca se sentiu desfavorecido por não poder ter mesa e computador. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou então a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que começou por agradecer a presença da Técnica Superior Paula Coelho e da Assistente Técnica Salomé Pires pela sua disponibilidade. -----



Em resposta ao membro Célia Sabino, o Senhor Presidente da Câmara referiu que houve outras prioridades, uma vez que a Câmara continuou a apoiar as Juntas de Freguesia, nunca lhes faltou apoio. Mesmo para além das verbas anteriormente previstas, a Câmara esteve sempre disponível, compensando nomeadamente os montantes que não foram atualizados. Comprometeu-se, no entanto, a preparar com os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, para a próxima sessão da Assembleia Municipal, os Acordos de Transferência de Competências que deverão vigorar a partir do próximo ano, com as verbas devidamente atualizadas. -----

Em relação à intervenção do membro Paula Maurício, que não colocou questões, mas transmitiu a sua opinião, o Senhor Presidente da Câmara referiu que o espaço realmente proporcionou a mudança da Feira, mas também é verdade que há muitos anos que ouvia dizer que a Feira d'Aires devia mudar, que o pavilhão devia mudar; no entanto, com infraestruturas ou sem elas, foi preciso coragem política, para fazer uma alteração radical como a que se verificou este ano. Claro que se verificaram deficiências que terão de ser resolvidas, como acontece em qualquer obra nova, como referiu o membro Bengalinha, mas a população ganhou, porque foi uma excelente Feira, foi extraordinária. O Senhor Presidente da Câmara referiu ainda que cerca de 99% das pessoas com quem falou, lhe transmitiram que ficaram satisfeitas com a mudança efetuada, por isso considera que a mudança foi feita com sucesso. O Senhor Presidente da Câmara referiu ainda que, se falaram em novas piscinas municipais, não chegaram a ser inauguradas, soube que há uns anos atrás também houve uma enxurrada que estragou a aparelhagem, a verdade é que sejam quais forem as condições, quando chove muito, as feiras nunca correm bem. Houve opiniões contraditórias, pois se uns referiram que se chovesse a feira teria sido um desastre, houve também quem dissesse que mesmo no anterior executivo, já se previa uma alteração da Feira, nos mesmos moldes. O importante é que a feira foi um sucesso e as pessoas ganharam com esse facto. Houve falhas, a Paula falou numa questão que o Bengalinha teve oportunidade de lhe chamar a atenção relativamente à limpeza, realmente verificou-se que o chão não estava suficientemente limpo. A nível interno, já falaram nisso, tem de haver um ajuste com as pessoas da limpeza, que nem sempre corresponderam ao trabalho que lhes foi pedido. Como essa houve várias falhas, que foram notadas principalmente por quem lá trabalhou, a população no geral não reparou, porque não eram graves. A Paula Maurício teve razão relativamente a algumas coisas que podem e devem ser aperfeiçoadas. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu em seguida ao membro Bengalinha Pinto sobre a questão relativa à exposição permanente sobre o fabrico dos chocalhos, que mudou para uma sala mais pequena. O que se pretendeu foi dar uma nova vida ao Paço dos Henriques, que estava igual desde que foi inaugurado, nunca mais ninguém lhe mexeu. Entendeu-se que devia haver novas exposições, que se deveria dar uma vida diferente ao Paço, não retirando o importante, porque é realmente importante a exposição sobre os chocalhos. Por isso a exposição mudou de sítio, para colocar outra exposição que estava em falta desde que o Paço abriu, que é a exposição com a história do próprio Paço dos Henriques. Aproveitou-se uma sala, para fazer novas exposições. Houve a noção que o projeto foi feito ao abrigo do



“Programa PAGUS”, e não deixou de se cumprir a presença da exposição sobre os chocalhos. Só que passou para outra sala. Era importante dar uma nova vida a este espaço e a sua utilização passar a ser feita segundo a ótica do novo executivo. Lá em cima mudou completamente e como toda a gente sabe foi colocada outra exposição, de grande valor, sobre “Jornais Centenários” que vai ficar presente até abril, e depois virão outras exposições rotativas como por exemplo as “fotografias de Ana Cardoso.” Vão também tentar corrigir o que não está bem, pois falta a presença da única senhora que se dedica à arte chocalheira, não está mencionada na exposição. Foi um lapso, está em falta, é uma correção a fazer, uma vez que a senhora se manifestou e veio demonstrar o seu desagrado por não constar na exposição, que tem a presença de todos ou quase todos os mestres chocalheiros que passaram por Alcáçovas. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu então a palavra ao membro Paula Calca, que também se tinha inscrito para intervir. -----

O membro Paula Calca felicitou a Junta de Freguesia de Alcáçovas pela excelente semana cultural que organizou e dinamizou, juntamente com todas as Associações e Coletividades de Alcáçovas, o “feedback” tem sido bastante positivo, foi uma semana muito rica em cultura, por isso quis deixar uma palavra de felicitações. -----

Em seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro Fernando Janeiro que referiu que foi bom voltar a ter a feira d’Aires depois de passar dois anos sem ter essa possibilidade, devido à pandemia. No entanto trouxe duas notas de coisas sobre a organização que não correram bem: em primeiro lugar achou de lamentar que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo não tenha sido convidado para fazer uma intervenção na abertura da feira, especialmente porque a Junta de Freguesia é parceira na organização da feira, depois porque é algo que era costume fazer no passado. Esse costume tem-se mantido, pois também aconteceu na Festa da Primavera e na Feira do Chocalho com a intervenção dos respetivos Presidentes de Junta. Na Feira d’Aires não aconteceu com a Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, até parece que houve algum problema com o PS; em segundo lugar tem a ver com uma coisa que lhe tocou muito pessoalmente. Todos sabem que gosta muito de correr e a corrida e a caminhada do seu ponto de vista correram mal. Correu mal porque em quinze dias não é possível organizar e divulgar uma prova desta natureza. Tiveram menos de 20 participantes quando o normal, nos anos anteriores, seria perto dos 200 participantes. A realidade é que a 15 dias da prova os potenciais participantes já escolheram aonde é que vão, por isso com 15 dias de antecedência não se consegue fazer. Depois houve outro problema, apesar de o percurso ser diferente, o nome da corrida que no passado era “Grande Prémio de Atletismo Feira d’Aires MEMORIAL LUIS BRANCO” e a deste ano que não se deveria confundir com a do passado “10Km D’AIRES Homenagem a Luís Filipe Branco”, o nome teve muitas parecenças, a distância foi a mesma, portanto não existiu uma distinção clara entre os dois eventos. Isto quer dizer que no futuro, se podem ter provocado estragos permanentes nesta prova. Só no futuro se vai saber. Na realidade, quando uma prova começa a correr mal, a seguir as pessoas deixam de ir. Parece ainda, que no futuro há intenção de antecipar a data do grande prémio para o fim de semana antes da feira. Do ponto de vista do membro Fernando Janeiro, trata-se de um erro, porque há muitas pessoas que vêm à corrida



para depois usufruírem da feira. Também é uma forma de ter mais pessoas na feira no domingo de manhã e além disso a homenagem ao Luís Filipe Branco, que já existia no Grande Prémio, ficará reduzida se não estiver integrada no fim de semana da feira. Assim, como deputado e como atleta, considerou que o Grande Prémio terá mais participação, visibilidade e importância se continuar integrado no fim de semana da feira. -----

Em seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, Senhor Frederico Miguel Claudino Nunes de Carvalho. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, começou por agradecer a presença do público que num ato de cidadania, enaltece e engrandece aquilo que fazem quotidianamente a bem do concelho. Em representação da Junta de Freguesia, felicitou também o executivo pela realização da Feira d'Aires. Embora não tenham tido qualquer iniciativa, qualquer intervenção direta na realização da feira, foram convidados a estar presentes no stand institucional e participaram com muito gosto, afirmando estarem sempre disponíveis para tal. É muito importante haver solidariedade entre as três freguesias do Concelho, estarão sempre prontos para colaborar com todos os órgãos e a apreciação que fizeram da feira foi bastante positiva. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas apresentou ainda um agradecimento, que já foi feito pessoal e informalmente, ao executivo municipal pelo apoio logístico prestado, durante a Semana Cultural de Alcáçovas. Este apoio, foi muito operacional e agilizou muito os processos fundamentais para o sucesso que entendem que tiveram no modo como decorreu a Semana Cultural de Alcáçovas. Quando tudo corre bem e quando se está em sintonia, não há que ter pejo em dizê-lo publicamente. Já tinham referido nalgumas intervenções que fizeram durante a Semana Cultural de Alcáçovas, que os Assistentes Operacionais da Câmara foram incansáveis, tendo manifestado o reconhecimento da Junta de Freguesia. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas referiu-se ainda aos “eternos” temas da segurança e da saúde, dizendo que foi feito um pedido de audiência ao Senhor Ministro da Administração Interna, e em resposta receberam um ofício, de cujo teor deram conhecimento ao executivo municipal em agosto último, embora não estejam de acordo com questões de fundo que constam desse ofício. Quis lembrar, que para o Ministério que tutela a Administração Interna o interlocutor privilegiado para decidir estas questões, é o Município e não a Freguesia. Assim, a Junta de Freguesia passou o ônus, no bom sentido, a responsabilidade, de resolver esta questão, para o Município acreditando que não vão deixar cair o assunto. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, acrescentou ainda que, conforme texto do ofício que passou a ler: **“o Ministério da Administração Interna manterá a sua disponibilidade e empenho desde ouvir e dialogar aos mais variados níveis, procurando encontrar as melhores soluções que visem dar uma resposta cabal para os maiores problemas e preocupações das pessoas e das comunidades. Contudo, entendemos que nesta fase o diálogo deve ser estabelecido através do Município, uma vez que são necessários objetivos e uma estratégia comum e global, não obstante a heterogeneidade do território.”** -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas referiu ainda que apesar de tudo, posteriormente o executivo da Junta de Freguesia de Alcáçovas teve oportunidade de dialogar



com o Comandante da GNR de Viana do Alentejo, o Sargento João Fadista, que lhes deu algumas boas notícias, estando mais confiantes, sem prejuízo de haver questões de estratégia ou funcionais, orgânicas do próprio Ministério que no entender do Senhor Comandante não são compatíveis com a reabertura a tempo inteiro do Posto de Alcáçovas. De qualquer maneira pensam que já está previsto o reforço de efetivos, o que os deixa mais serenos. Pediram, no entanto, à Câmara que não deixe este assunto no esquecimento, para não resvalar para uma situação de maior insegurança. -----

No que se refere à situação da saúde, é muito mais preocupante. Não tem havido grandes desenvolvimentos, e quando há algumas notícias, normalmente são más. De qualquer forma, existe uma comissão de utentes da extensão de saúde que está a organizar para o dia 25 de outubro uma conferência. Obviamente que a Junta de freguesia foi parceira a ajudar na parte logística e no que foi necessário, souberam que o município também iria estar representado. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas apelou para a comparência de todos os presentes no dia 25 de outubro, pois só com a presença de todos é possível ter capacidade reivindicativa suficiente para fazer chegar o barco a bom porto. Referiu ainda que a situação tem sido muito difícil, e que na conferência está prevista a presença da Diretora do ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) e da Diretora da ARS (Administração Regional de Saúde). São pessoas que têm capacidade de intervir. -----

Por último referiu que a Junta de Freguesia de Alcáçovas teve recentemente informação que na saída de Alcáçovas para o Torrão existe uma zona em que os moradores não têm água canalizada, estão preocupados e gostariam de ver essa situação resolvida num curto/médio prazo. A Junta de Freguesia estava a inquiri-los, ia promover uma reunião, para saber o número de pessoas abrangidas pela situação, a fim de informar a Câmara para se tentar arranjar uma solução, tão brevemente quanto possível. -----

O Senhor Presidente da Assembleia passou então a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

Em relação à intervenção do membro Paula Calca, o Senhor Presidente da Câmara também quis felicitar a Junta de Freguesia de Alcáçovas pelo modo como decorreu a Semana Cultural, dizendo que a Câmara Municipal estará sempre disponível para colaborar no que for necessário com as Juntas de Freguesia. Já tinha tido oportunidade de felicitar pessoalmente a Junta de Freguesia e oficialmente também o fez, na reunião de Câmara. Foi uma iniciativa que enriqueceu culturalmente todos os que nela participaram. -----

Em relação à intervenção do membro Fernando Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara referiu que foram transmitidas várias opiniões. No que se refere ao facto de o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo não ter sido convidado a discursar na abertura da Feira d'Aires, não foi devido a qualquer problema com o Senhor Presidente da Junta, nem sequer com o PS, como já foi referido na reunião de Câmara, não foi com má intenção, foi apenas uma falta de coordenação entre as duas entidades. Até porque não é o facto de o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo não discursar na abertura da Feira d'Aires que ia abafar o PS ou tirar-lhe visibilidade. -----

Sobre a corrida e a caminhada, o Senhor Presidente da Câmara referiu que obviamente o membro Fernando Janeiro percebe muito mais e conhece melhor a corrida. Esta corrida foi



realizada durante muitos anos, depois deixou de se realizar. Durante os doze anos que o PS esteve no executivo foi realizada 5 vezes. Portanto a corrida tem a importância que lhe quiserem dar. Este ano, entendeu-se que seria realizada noutros moldes. O Senhor Presidente da Câmara referiu ainda que defende que a corrida não se deve realizar nos dias em que está a decorrer a Feira d'Aires. O objetivo das iniciativas que se fazem é trazer pessoas ao concelho de Viana do Alentejo. Se a corrida decorrer por exemplo no princípio da semana cultural, é mais uma oportunidade para encher os restaurantes da vila, para trazer pessoas ao concelho. Se decorrer durante os dias de feira os participantes na corrida têm dificuldade em permanecer na vila para usufruir da visita à feira, uma vez que nesses dias os restaurantes estão sempre cheios. Portanto o Senhor Presidente da Câmara assumiu a sua opinião de que a corrida se deve realizar em data distinta da feira, na perspectiva de ser mais uma oportunidade de trazer visitantes ao Concelho de Viana do Alentejo. Esse assunto será oportunamente decidido. ----

Em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, o Senhor Presidente da Câmara referiu em seguida que não tinha conhecimento do número de pessoas de Alcáçovas que não têm água canalizada, sabia que já tinham manifestado o desejo de a ter, mas não sabia de quantas pessoas se trata. Mas se a Junta de Freguesia de Alcáçovas já desenvolveu os contactos e fez o levantamento das necessidades, a Câmara está disponível para ver qual será a melhor solução para resolver essa situação. Sobre a questão da saúde, o Senhor Presidente da Câmara referiu que a questão é exatamente como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas também já tinha dito: cada vez que têm notícias sobre o assunto, são umas piores que as outras, sem dúvida nenhuma, não há médicos, dos poucos médicos que há, alguns vão-se embora... havia um lugar a preencher, para um médico, um dos médicos que estavam vai-se embora, ficam duas vagas por preencher, ainda é pior. Da parte do Município e dos contactos que tem realizado, não se tem tido sucesso nem se tem conseguido avançar na resolução do problema. O mesmo não acontece no que se refere à segurança: o Município conseguiu proporcionar condições para aumentar o número de efetivos presentes no concelho de Viana do Alentejo, com mais 5 elementos. Este reforço permite efetuar mais patrulhamento, nomeadamente nas Alcáçovas. Uma das dificuldades que nos foram reportadas pela GNR foi precisamente que colocavam aqui soldados de outras localidades. Como não tinham onde pernoitar, saíam à meia-noite, regressavam a casa e voltavam a entrar às 8 horas da manhã. Passavam o tempo no caminho e não descansavam. O Município arranjou condições para que os soldados tenham onde passar a noite, descansar para no outro dia voltar ao serviço. O Senhor Comandante do Posto transmitiu que assim é possível que o efetivo assim se mantenha mais equilibrado sem que as pessoas estejam constantemente a tentar ir embora. Disse no entanto, claramente, que não têm intenção de abrir o posto de Alcáçovas, o que não quer dizer que o Município não continue a tentar que isso aconteça. Mas comprometeram-se a reforçar o patrulhamento, embora não se tenha conseguido tudo o que se pretendia, mas já se conseguiu alguma coisa. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu então por encerrado o período “antes da ordem do dia” e deu início ao primeiro período de intervenção do público. Começou por saudar o público presente na sala, e deu a palavra ao Senhor João Pereira. -----



A intervenção do Senhor João Pereira incidiu sobre o “desmantelamento” da exposição que estava no 1.º andar do edifício do Paço dos Henriques, para vir para uma sala no rés-do-chão. Os argumentos que ouviu não o convenceram, e se veio para a Assembleia triste, ainda ficou mais triste pela forma como foi banalizada a Arte Chocalheira. Isto ficou a atormentá-lo porque no concelho temos um selo da UNESCO que é a Arte Chocalheira. Dizer que estava a ser monótono, e que tinha de se mudar, tratar-se o espólio que ali está, que foi programado e projetado para o espaço onde estava por especialistas, só por exemplo o homem que fez todo o lay-out expositivo da Igreja de S. Francisco, da Capela dos Ossos quando foi remodelada, foi o mesmo que idealizou esta exposição para este espaço. Atenção que não se tratou apenas de uma exposição, mas sim de um núcleo ou de um centro interpretativo da Arte Chocalheira, conforme lhe queiram chamar. O Senhor João Pereira fez um parêntesis para felicitar a ideia de fazer um “Centro Interpretativo da Arte Oleira” em Viana porque defender o nosso património, perseverá-lo, valorizá-lo é fundamental para dignificar as nossas raízes, a nossa história e projetar o futuro. Quando se pensa isto para Viana, embora possa não concordar com os processos para lá chegar, concordou com a ideia, como concordou com a inauguração que foi feita no antigo edifício dos Paços do Concelho na Praça da República dos dois núcleos expositivos que lá estão, quer o do Senhor Água Morna, quer o núcleo museológico, que embora venha do outro executivo, deram-lhe continuidade e o espaço está a ser dignificado. Pediu desculpa, mas o que foi feito no Paço dos Henriques foi um crime lesa património, lá em cima para além das peças expositivas que lá estavam, estavam ferramentas multimédia que estavam projetadas e preparadas para evoluir constantemente, para cada vez ter mais informação. Quem nos visitava, não vinha aqui de forma monótona ver as peças e ia-se embora. Tinha meios à sua disposição para perceber o que foi a “Arte Chocalheira” nesta terra, quando iniciou, quem foram os autores, quem foram os artistas, como é que aqui chegámos, porque é que a “Arte Chocalheira” surgiu em Alcáçovas. Isto é ou não é importante, não se trata apenas de uma exposição. Todas as exposições que já foram feitas no Paço têm o seu mérito, há mais espaços em Alcáçovas onde se podem fazer exposições. O executivo em que o Senhor João Pereira participou, fez muitas exposições em Alcáçovas, todas elas tiveram mérito. A exposição dos jornais centenários tem todo o mérito, tal como a da história do Paço tem todo o mérito. No entanto não se fala de uma exposição, mas sim do único selo da UNESCO que há no concelho, dos poucos que há no Alentejo e dos poucos que há no país. Se isto não é para se valorizar, se é para tratar de uma forma tão banal com está a ser tratado, então não valeu a pena todo o trabalho que foi feito, que custou muito dinheiro aos cofres do erário público, porque foi preparado e tratado pelos técnicos que supervisionaram a candidatura, foi aprovada e foi explicado o que ia ser feito, por isso merecia mais respeito. O Senhor João Pereira solicitou então que esta questão seja repensada, porque está a falar do nosso património. Há mais salas para albergar as exposições que agora estão patentes no Paço dos Henriques, não sabe se as mudanças que foram feitas, foram pensadas por especialistas na área, como anteriormente tinha sido feito. Trata-se de uma exposição permanente que não tinha de ser renovada. Havia mais salas para fazer outras exposições, no edifício do Jardim Público também há salas com capacidade para ter outro tipo de exposições. Há um livro que recebia os comentários dos visitantes desde a inauguração do espaço, o



senhor João Pereira questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre se uma consulta a esse livro lhe dá a ideia de ter de mudar o que estava feito. A exposição que lá está é temporária e foi colocada acima da classificação da “Arte Chocalheira”. Por último, quanto à senhora que se queixou de não ter o nome na exposição permanente, o Senhor João Pereira esclareceu que “Mestre Chocalheiro” é um individuo que consegue iniciar o processo de fabrico dos chocalhos, e concluir esse processo com a afinação. Aí é designado de “Mestre Chocalheiro”. A senhora que se lamentou, de não ter o nome na exposição, tem todo o mérito de conseguir executar os chocalhos pequeninos para ajudar o marido. No entanto não é considerada “Mestre Chocalheira”. Quem fez a exposição foi gente com conhecimentos científicos, competente, para que a exposição fosse elogiada em muitos locais. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que respeita a opinião do Senhor João Pereira, o qual não concorda com o que este executivo fez, mas são entendimentos diferentes. Também houve várias opiniões no sentido de dinamizar o espaço do Paço dos Henriques. O Senhor Presidente da Câmara voltou a referir que nada foi desmantelado, a exposição mantém-se, toda a gente a pode ver. Os argumentos do executivo não convenceram o Senhor João Pereira, da mesma maneira que os argumentos do Senhor João Pereira não convenceram o executivo. O Senhor Presidente da Câmara referiu ainda que vão ver se conseguem manter o selo da “Arte Chocalheira”, porque, entretanto, o que foi feito pelo desenvolvimento da “Arte Chocalheira” foi aquela exposição e mais nada. Para manter o “Selo da UNESCO” não chega fazer uma exposição e deixar andar. Falta um ano para receber o relatório da UNESCO e a responsabilidade é deste executivo, mas também do anterior. O “Selo da UNESCO” não pode ser valorizado só porque foi conseguido, é preciso mantê-lo. O executivo aceita outras ideias para o que está feito no Paço dos Henriques, nem sempre são precisos engenheiros e doutores para fazer coisas muito boas. O que é certo é que na maneira de ver do atual executivo há coisas feitas que são muito boas, sem ter o auxílio das pessoas que participaram na remodelação da “Capela dos Ossos”. Alteraram e voltarão a alterar e hão-de surgir outras exposições no Paço dos Henriques, vão-lhe dar a vida que acham que devem dar. Algumas pessoas vão valorizar, outras vão desvalorizar, vão discordar, mas é mesmo assim. O Senhor Presidente da Câmara referiu ainda que o que fizeram foi com boa intenção, para valorizar, nunca com intenção de desvalorizar, longe disso. No entanto achou que chamar a esta exposição “Centro Interpretativo da Arte Chocalheira” é demais, para isso é preciso mais do que o que ali se vê, no entanto é uma questão de opinião. -----

Seguiu-se a intervenção do Senhor Carlos Carvalho, que aqui se transcreve: -----

1 - Pergunto: este executivo pensa apresentar a candidatura à RTCP – Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses – e, bem assim, a respetiva candidatura ao programa de apoio atribuído pela Direção-Geral das Artes, organismo do Ministério da Cultura? -----

2 – Boletim Municipal -----

A escolha dos momentos da publicação do Boletim Municipal é da inteira responsabilidade do executivo em permanência. Essa responsabilidade obriga a fazer melhor ou pelo menos tentar fazer melhor do que se fazia antes. Mas não foi isso que se viu. Bem pelo contrário. Não houve qualquer vantagem nessa diferença assumida quanto à escolha dos momentos. ---

Vejam os: -----



a) não houve publicação para a Feira do Chocalho que seria uma forma de a divulgar; -----
b) não houve publicação para a Feira d’Aires. Perdeu-se outra oportunidade de divulgação. -
c) neste mês de setembro, uma publicação do Boletim Municipal poderia comportar no seu editorial uma mensagem a toda a comunidade educativa - escrita preferencialmente pela vice-presidente uma vez que é a sua área profissional -, desejando um bom ano letivo e disponibilizando todos os recursos que a autarquia tem ao seu dispor como contributo para o sucesso educativo das nossas crianças e jovens. -----
E mais interessante seria - até porque é a primeira vez que este executivo inicia um ano letivo -, se tivesse havido também como objetivo a elaboração e divulgação de um programa de receção aos professores e educadores. Que pena não terem pensado na importância desta iniciativa! -----
Como foi possível não terem refletido sobre a importância do mês de setembro na publicação do Boletim Municipal? -----
d) ao que parece, as futuras publicações em 2023 terão uma calendarização corrigida. Vamos esperar pelos seus momentos e conteúdos e também para se concluir que a escolha das datas das publicações, neste ano de 2022 foi, de facto, um erro grosseiro. -----
Por agora, é tudo. -----
Após a intervenção do Senhor Carlos Carvalho, o Senhor Presidente da Câmara referiu nada ter a responder, uma vez que não foram colocadas questões, apenas foram feitas observações e emitidas algumas opiniões. -----
A Senhora Vice-Presidente respondeu ao Senhor Carlos Carvalho sobre o facto de não se ter realizado a receção à comunidade educativa este ano, tal como não foi feita noutros anos. Quando se fez a entrega dos livros a todos os alunos do Concelho, a Senhora Vice-Presidente esteve presente, juntamente com a Dr.^a Helena Torrão, e teve oportunidade de desejar a todos um bom ano letivo, pelo menos aos pais e alunos que estiveram presentes. Não realizaram a receção como gostariam, com o motivo acrescido de haver um novo Diretor no Agrupamento de Escolas, a começar de novo, mas pensam no próximo ano voltar a realizar a receção à comunidade educativa, dado que é uma mais valia para as pessoas que vêm de novo, para conhecer o concelho. -----
Em seguida decorreu a intervenção da Senhora Rosete Sacristão, que estava acompanhada por outros elementos do STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins e foi porta voz da “Carta Aberta ao Governo e às Autarquias Contra o Empobrecimento”, que aqui fica transcrita:

**CARTA ABERTA AO GOVERNO E ÀS AUTARQUIAS
CONTRA O EMPOBRECIMENTO**

**Aumentar salários, valorizar as carreiras, revogar o SIADAP reforçar o Poder
Local e os serviços públicos**



O Orçamento do Estado para 2022, aprovado em Maio último, pouco se distingue da proposta chumbada em Outubro de 2021, o que significa que os graves problemas que há muito afetam os trabalhadores continuarão a arrastar-se e a aprofundar-se. -----

Desde logo, a perda acentuada e generalizada do poder de compra dos trabalhadores, incluindo os que tiveram a mísera atualização de 0,9% como é o caso da Administração Pública, perante uma taxa de inflação que em Agosto era de 9%. -----

Lembramos que o Governo PS, desrespeitou a promessa de aumento de 1% em 2021, impôs a continuação da perda de poder de compra pelo 13º ano consecutivo aos trabalhadores da Administração Pública que perderam em média 15,4% do seu poder de compra desde 2009, enquanto o subsídio de refeição subiu 50 cêntimos, e que 0,9% significou na base das carreiras, para os assistentes operacionais, €5,98/mês; para os assistentes técnicos, €6,33/mês e para os técnicos superiores, €10,85/mês, havendo trabalhadores com trinta e mais anos de serviço que continuam na base da carreira. Neste contexto, os anunciados aumentos nas carreiras técnicas não só não resolvem as injustiças como confirmam a justeza da necessidade de revisão da tabela remuneratória única. -----

Para quem vive do seu trabalho, ou da sua reforma, cuja vida é sempre difícil, o apoio de 125€ a todos os que tenham remunerações até 2.700€ e 50€ para os filhos, não passam de um paliativo, manifestamente insuficiente para fazer face a este brutal aumento dos preços de primeira necessidade. A realidade é que os últimos meses se tornaram um autêntico pesadelo, com o deflagrar da guerra na Ucrânia, a imposição de sanções e o aproveitamento da situação por parte dos grandes grupos económicos que continuam a acumular lucros fabulosos. -----

É, pois, inaceitável que o Governo PS, ao mesmo tempo que apregoa a sua preocupação com a vida dos trabalhadores e das suas famílias, dos reformados e pensionistas, instigue o sector privado a aumentar 20 % o salário médio como fator indispensável ao desenvolvimento do País, continue a recusar uma atualização dos salários na Administração Pública, invocando que a mesma irá provocar uma "espiral inflacionista" com consequências nefastas para a economia, e mantenha a obsessão pela redução do défice, da dívida, em obediência às imposições da União Europeia, mesmo quando a regra que determina essa obrigação está congelada, com as consequências cada vez mais visíveis no funcionamento dos serviços públicos. -----

É inadmissível que o Governo PS continue a negar o direito a carreiras profissionais dignas, sem o que não é possível motivar e atrair trabalhadores. -----

É intolerável que o Governo PS mantenha o SIADAP, cuja promessa de revisão não chegou a ver a luz do dia, um instrumento penalizador que não visa avaliar, mas criar desigualdades, impedir a progressão e conter os salários. -----

É injustificável o que se verifica com a atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade, uma conquista dos trabalhadores, havendo autarquias que continuam sem o aplicar, apesar de terem trabalhadores que reúnem as condições para o seu recebimento, e outras que o fazem da forma mais negativa possível, restringindo ainda mais um suplemento que não contempla o risco laboral, que exclui muitas profissões, assim como as compensações pela prestação de trabalho prestado nestas condições, designadamente, a atribuição de mais dias de férias, a redução do horário de trabalho e da idade legal da reforma. -----



Tal como é injustificável a não regulamentação de outros suplementos, como o de isenção de horário e piquete. -----

É inaceitável o esbulho que permanece com a proibição da acumulação dos salários com as indemnizações devidas aos trabalhadores sinistrados com capacidade geral de ganho inferior a 30%, situação que abrange a esmagadora maioria dos trabalhadores nesta situação. -----

É a ausência condenável de medidas de combate ao flagelo da precariedade, cuja dimensão, após o PREVPAP, continua a aumentar, alimentada pelas mais diversas e perversas formas de aprofundar a exploração e trabalho sem direitos. -----

É a insistência num gravoso processo de transferência de competências para os municípios de funções sociais do Estado, sem estarem assegurados os meios humanos e financeiros indispensáveis, como o próprio governo foi forçado a admitir após a denúncia pelos municípios que continuam em grande número a recusar este caminho, e com os riscos que a municipalização de áreas estruturantes como a saúde, a educação, a segurança social comportam na garantia de acesso igualitário das populações. -----

É o desrespeito e o bloqueio à contratação coletiva tanto no sector público como no privado, enquanto se mantêm as normas gravosas da legislação laboral que agridem os trabalhadores e permitem acentuar a exploração laboral. -----

Tendo em conta os graves problemas elencados, e num momento de extraordinária dificuldade como aquele que atravessamos, é urgente alterar o rumo que tem vindo a ser seguido, mobilizar todos os meios e tomar as medidas que permitam a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da Ad. Pública, de que se destacam: -----

- Aumento imediato de 90 euros para todos os trabalhadores; -----
- Aumento real dos salários, com um Salário Mínimo Nacional de 850 euros; -----
- Atualização do subsídio de refeição para 7,50 euros; -----
- Descongelamento efetivo das promoções e das progressões nas posições remuneratórias, abrangendo todas as carreiras e todas as categorias; -----
- Reposição das carreiras e conteúdos profissionais específicos tal como existiam antes da revogação operada pela Lei n.º12-A/2008; -----
- Revogação do SIADAP e sua substituição por um sistema de avaliação sem quotas que valorize os trabalhadores, potenciando o desenvolvimento e a progressão profissionais; -----
- Correção da Tabela Remuneratória Única (TRU); -----
- Reposição do valor do pagamento das horas extraordinárias com acréscimo de 50 % na primeira hora e de 75 % nas seguintes, nos dias úteis, e de 100 % nos dias de descanso e reposição do descanso compensatório suplementar; -----
- Pagamento das indemnizações por reparação dos acidentes em serviço e doenças profissionais; -----
- Reposição dos 25 dias de férias e respetivas majorações, para todos os trabalhadores, independentemente do vínculo; -----



- Extensão do suplemento de insalubridade, penosidade e risco a todas as atividades em que as funções desempenhadas comportem uma sobrecarga funcional que potencie a probabilidade de lesão ou o risco agravado de lesão física ou degradação do estado de saúde; -----
- Regulamentação do suplemento de disponibilidade e isenção de horário; -----
- 35 horas, para todos, independentemente do vínculo; -----
- Reposição dos escalões de IRS existentes antes das alterações introduzidas com a entrada da troika em Portugal, recuperando maior justiça fiscal e protegendo os rendimentos do trabalho;
- Pelo direito à Contratação Coletiva nas empresas municipais e concessionárias de serviços públicos; -----
- Erradicação de todas as formas de precariedade; -----
- Reposição da forma de cálculo das pensões e as condições gerais para aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade, salvaguardando regimes especiais consagrados com condições de acesso mais favoráveis; -----
- Preservação da ADSE como sistema público e a redução das contribuições para 1,5 por cento sobre 12 meses; -----
- Reversão do processo de descentralização em curso para as autarquias. -----

Estas são reivindicações justas e a sua concretização é essencial para responder aos problemas, para valorizar e dignificar os trabalhadores que todos os dias garantem a prestação de serviços públicos e querem servir cada vez melhor as populações. -----

Com confiança e determinação, prosseguiremos a luta pelo Poder Local Democrático e por serviços públicos de qualidade, por mais e melhores condições de trabalho, pelo aumento geral de salários, contra o empobrecimento! -----

Lisboa, 1 de julho de 2022 -----

A Direção Nacional do STAL -----

A seguir o Senhor Sabarigo na sua intervenção, levantou duas questões que já tinham sido colocadas na Assembleia Municipal: A primeira referiu-se ao escorrega da Quinta da Joana, que está virado para Sul e é um autêntico painel voltaico em aquecimento para as crianças. A segunda refere-se à sinalização do estacionamento junto ao jardim do Rossio, uma vez que o asfalto não tem marcação nenhuma de estacionamento nem de faixa de rodagem e torna-se confuso quer para os peões, quer para os condutores. Ao mesmo tempo é necessário corrigir a passadeira nesse sítio, porque a passadeira vai contra uma parede, qualquer peão que passe ali, vai pela passadeira e depois tem de saltar o muro, o que não está correto. -----

O Senhor Sabarigo apresentou ainda duas novas questões: uma passadeira que falta na rotunda junto à subida do mercado e também falta uma passadeira na Quinta do Marco junto à casa do Sr. Serpa, todas as rotundas têm passadeira, aquela tem um caminho pedonal que chega ali e não tem continuação, não é possível atravessar a faixa de rodagem. -----

Outra questão, é a rotunda de Aguiar e o acesso ao cemitério, um carro funerário que venha da casa mortuária de Aguiar, chega à rotunda e para voltar para o cemitério tem de passar por cima dos passeios, é uma vergonha. -----

Seguiu-se a intervenção do Senhor João Penetra que referiu que os assuntos a colocar já os eleitos aqui os trouxeram, no entanto, enquanto cidadão quer registar: Primeiro referir que registou com muito bom agrado a troca de elogios entre o Presidente da Câmara e o Presidente



da Junta de Freguesia de Alcáçovas, porque o que quer dizer vai no mesmo sentido. No dia anterior houve Assembleia de Freguesia em Alcáçovas, a que presidiu e teve oportunidade de elogiar o facto de a Semana Cultural de Alcáçovas ter corrido bastante bem. Obviamente que por se ter mudado para setembro se correu o risco de poder chover, mas isso até a própria vida é um risco, no entanto, registou também com muito agrado o facto de o executivo da Junta ter escolhido uma semana em que decorrem duas datas importantes para a História de Portugal, relativas a factos que decorreram na Freguesia de Alcáçovas, o Tratado de Paz entre Portugal e Castela e a primeira reunião preparatória daquilo que foi o “25 de Abril”. Ter-se convidado o Coronel Vasco Lourenço, Presidente da “Associação 25 de Abril” para comemorar essa primeira reunião dos capitães, demonstra o elevado espírito democrático, independentemente de qual o partido com que se possa simpatizar, pelo que elogiou o Executivo da Junta de Freguesia por esta iniciativa. Elogiou ainda quer os trabalhadores da Junta, quer os trabalhadores da Câmara que colaboraram e apoiaram esta iniciativa, sem que houvesse queixas relativamente ao apoio recebido. O Senhor João Penetra referiu ainda que é assim que encara a política, como a arte de bem governar, quem quer que esteja no poder, e não como a arte de mal dizer, só porque o outro é de um partido diferente. Elogiou ainda a Feira d’Aires, que o surpreendeu pela positiva, porque não estava a par das alterações que estavam a ser introduzidas na organização da feira. Esteve na inauguração, teve dificuldade em encontrar o pavilhão porque pensava que estava do outro lado, mas gostou da otimização da organização e deu os parabéns à Câmara por isso. Realmente como o membro Paula Mauricio referiu, o que viu que correu menos bem, foi a limpeza no Pavilhão da Gastronomia, mas estas coisas servem para aprender, o que hoje corre mal, devemos pensar que amanhã se faz melhor. Em relação à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, o Senhor João Penetra referiu que espera que tenha sido uma falha e enquanto cidadão deixou o apelo a que para o ano o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo tenha oportunidade de fazer a sua intervenção na abertura da feira, porque independentemente dos partidos que ganham, são as escolhas das populações e as populações é que sabem quem deve estar no poder. O Senhor João Penetra referiu ainda querer deixar registado o seu agrado por ter tido conhecimento na Assembleia de Freguesia de que vai haver um reforço na segurança municipal. Soube também que as coisas estão a correr menos bem na área da saúde, sabe que não é um problema que a Câmara possa resolver, apenas tem capacidade para reivindicar, e não deve abdicar da capacidade reivindicativa junto do Ministério da Saúde e da ARS. A população do concelho e principalmente a população de Alcáçovas que estava habituada a ter três médicos e agora tem um médico a meio tempo, está muito aquém da situação que tinha anteriormente. A população estava habituada a ter médico disponível e agora é complicado deixar de ter esse serviço. Por isso o Senhor João Penetra deixou o apelo à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal que não deixem de reivindicar junto das autoridades competentes a melhoria destes serviços. Não colocou questões, mas quis registar expressamente a sua opinião enquanto cidadão e o seu agrado pelo entendimento que houve entre as duas Entidades (Junta de Freguesia de Alcáçovas e Câmara Municipal). ----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu então ao Senhor Sabarigo, referindo que o escorrega da Quinta da Joana, ia começar a ser arranjado (modificado) a partir da semana



seguinte. Efetivamente, o escorrega, na posição em que estava, aquecia muito, e queimava mesmo. por ser metálico, resolveram inverter a posição do escorrega. As outras três questões relativas a sinalização junto do jardim do Rossio, passadeiras perto da casa do Senhor Serpa e junto à rotunda perto da subida do mercado, bem como junto ao Rotunda, estão incluídas numa candidatura de acessibilidades relativa às três freguesias do concelho, onde estão programadas várias passadeiras e lombas. No que se refere à rotunda de Aguiar e ao acesso ao cemitério, é necessário levar lá um técnico, um Engenheiro para ver o que se pode ali fazer fica, no entanto, registado o problema. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu então por encerrado o primeiro período de intervenção do público. -----

Entrou-se de seguida na Ordem de Trabalhos: -----

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão- A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata desta sessão em minuta, no final da mesma, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.

Ponto dois) Apreciação da Informação escrita sobre a atividade da Câmara- Relativamente à Informação sobre a atividade da Câmara, o membro Bengalinha Pinto referiu que na Informação escrita sobre a atividade da Câmara não viu informação sobre o ponto de situação da “Construção do Novo Quartel da GNR em Viana do Alentejo”, falou-se sobre segurança, mas não se falou neste assunto que até ajudará a resolver o problema que os militares têm levantado, reduzindo os custos da Câmara com o apoio às forças de segurança. Outra questão que quer colocar é sobre a Estratégia Local de Habitação. Foi adjudicado o serviço a uma empresa, qual é a empresa, que serviço é que foi adjudicado, e qual é a linha do tempo do projeto? -----

O membro Nuno Grave referiu que na última sessão ordinária da Assembleia Municipal em junho, o Senhor Presidente da Câmara referiu que o Tribunal de Contas tinha concedido o visto ao “Projeto de Reabilitação da EBSIS”. Foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara que a partir daí o projeto ia “andar normalmente”. Na informação sobre a atividade da Câmara constata-se que no dia 27 de julho foi pedido um parecer jurídico por causa do aumento de preços relativo à requalificação da EBSIS. Assim, pretende-se saber o ponto de situação em que efetivamente se encontra o Projeto de Requalificação da EBSIS. -----

Não havendo mais questões sobre este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara informou que relativamente à Construção do Novo Quartel da GNR em Viana do Alentejo, não se tem verificado qualquer evolução do ponto de vista formal. O que se verificou foram apenas algumas conversas informais, nomeadamente na tomada de posse do novo Comandante da GNR e em breve poderá ter notícias formais sobre o projeto. -----

Sobre a Estratégia Local de Habitação, demorou mais algum tempo porque havia coisas que não estavam definidas e havia uma dúvida a esclarecer com a empresa, neste momento já foi adjudicada à empresa. O Senhor Presidente não tinha presente o nome da empresa, mas esclareceu que o que foi adjudicado foi o levantamento, os projetos, a responsabilidade de preparar o concurso para a empreitada e a gestão da empreitada também. No fundo o que se contratou com a empresa foi a entrega das casas prontas, com a chave na mão. O Senhor



Presidente referiu ainda que neste momento não tem informação concreta sobre o ponto de situação do projeto, foi necessário esclarecer algumas dúvidas, como já tinha referido, entretanto alguns elementos do júri do procedimento tiveram férias, mas depois disso as questões foram esclarecidas e foi dada continuidade ao processo. -----

No que se refere ao Projeto de “Requalificação da EBSIS”, o Senhor Presidente da Câmara referiu que voltaram a reunir com o empreiteiro a quem foi adjudicada a obra. O empreiteiro voltou a solicitar uma revisão dos preços, uma vez que pelos preços anteriormente acordados não queria fazer a obra. Levantou-se ainda outra questão, tinha havido um acerto preços aprovado pela Câmara Municipal no valor de aproximadamente 250 000,00 €, que não era propriamente uma revisão de preços. A questão colocada pelo empreiteiro era se a revisão extraordinária de preços, anulava esse acerto que anteriormente tinha sido aprovado. Daí o pedido de parecer ao jurista para saber se a revisão extraordinária de preços anulava o acerto anterior ou acumulava com esse acerto, ou seja, 250 000,00 € mais cerca de 600 000,00 € da revisão de preços. De acordo com o parecer emitido pelo jurista, trata-se de coisas distintas que nada têm a ver uma com a outra. O acerto anterior foi aprovado, agora trata-se de uma revisão extraordinária de preços a que o empreiteiro tem direito. No momento faltavam dias para assinar o auto de consignação da obra com o empreiteiro. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu ainda que foi concluído na semana anterior o concurso dos modulares, a proposta da empresa estava em fase de apreciação e no prazo de quinze a vinte dias os modulares estariam a ser instalados na Escola. O Senhor Presidente referiu também que tem estado em contacto com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo – CCDRA, a última vez tinha sido no dia anterior, e tem estado a correr tudo bem. Foi um processo difícil, a empresa não foi flexível, porque com os aumentos que houve, e os valores que tinham sido propostos, não era possível fazer a obra. Não iam começar a obra se soubessem que à partida iam perder dinheiro. Já não estavam interessados em realizar a obra, quiseram apenas cumprir o contrato que já tinham assinado, daí a necessidade de negociar para chegar a acordo com a empresa. Se não fosse possível chegar a um acordo que agradasse quer à Câmara quer ao empreiteiro, a empresa não ia querer fazer a obra. -----

O membro Bengalinha Pinto questionou ainda, o Senhor Presidente da Câmara sobre o ponto de situação efetivo do projeto “Construção do Novo Quartel da GNR em Viana do Alentejo”. Já na última Assembleia Municipal que decorreu em Aguiar, disse que estavam a aguardar e que não tinham tido notícias sobre o projeto. O membro Bengalinha Pinto perguntou o que se está a aguardar concretamente? Em relação à empresa à qual foi adjudicada a Estratégia Local de Habitação, o membro Bengalinha Pinto questionou, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara não se lembrou do nome da empresa, se se trata de uma empresa regional, local ou nacional. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que relativamente à “Construção do Novo Quartel da GNR em Viana do Alentejo” o que aguarda é a assinatura do protocolo. No que se refere à empresa à qual foi adjudicada a Estratégia Local de Habitação, lembrou-se mais da tarde que a empresa é a Ernst & Young. -----

Atendendo a que este ponto da Ordem de Trabalhos não está sujeito a aprovação o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----



Ponto três) Pedido de autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes da aquisição de imóveis em Viana do Alentejo – O Senhor Presidente da

Câmara explicou que em relação à aquisição destes imóveis se pretende fazer o pagamento em duas vezes: uma parte em 2022, a outra em 2023 conforme quadro que faz parte da proposta aprovada na reunião da Câmara realizada no dia 31 de agosto de 2022. A Técnica Superior Paula Coelho referiu que como já deve ser do conhecimento de todos os membros da Assembleia Municipal, em projetos cuja realização tem duração superior a um ano é necessária a autorização da Assembleia Municipal para assumir os compromissos relativos à despesa a realizar em anos posteriores. Trata-se de trâmites legais, comuns a projetos que envolvem despesa em mais de um ano civil. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o que está em causa é a aquisição de um conjunto de imóveis pelo valor de 370 000,00 €, que vai ser pago em dois anos diferentes. A proposta é pagar 160 700,00 € em 2022 e 209 300,00 € a pagar em 2023, trata-se da autorização para estes encargos plurianuais. -----

O membro Bengalinha Pinto manifestou o seu impedimento para votar este ponto, porque faz parte dos Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo. Por isso pediu autorização e ausentou-se da sala. -----

A proposta de autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes da aquisição de imóveis em Viana do Alentejo foi aprovada com sete votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Paula Mauricio, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, António Grosso, Marta Rebocho e Rosinda Gaio); cinco votos contra por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, Fernando Janeiro, João Antunes, José Pereira e Vasco Fialho) e cinco abstenções por parte dos eleitos do VIVA (Fernando Silva, Célia Sabino, Ricardo Soldado, Paula Calca e Frederico Carvalho). -----

A bancada de eleitos do PS fez a seguinte declaração de voto, apresentada pelo membro João Antunes:

Declaração de Voto

A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal votou contra este ponto (ponto 3 da Ordem de Trabalhos da Sessão da Assembleia Municipal de 30/9/2022) porque, essencialmente e resumidamente, entendem que para uma boa gestão de dinheiro público as despesas com a aquisição dos bens imóveis devem satisfazer determinados requisitos especialmente quando envolvam um dispêndio significativo de recursos municipais, como é o Caso. -----

Considerando que o município não efetuou a necessária avaliação imobiliária aos prédios em causa, que não foram realizadas estimativas orçamentais para o investimento total das intervenções nos respetivos imóveis, entendem estes membros que não estão a ser cumpridos os princípios de uma gestão equilibrada dos recursos financeiros do Município. -----

Acrescentando-se que a afetação de 370 mil euros na compra de imóveis em mau estado de conservação e sem qualquer destino relevante a dar aos mesmos, condicionará em grande medida os investimentos em projetos prioritários para o Concelho e para a população, sublinhando-se que 370 000 (trezentos e setenta mil euros) aplicados em investimentos



financiados por fundos comunitários (habitualmente a 85%) serviriam para um investimento de cerca de 2 500 000 (dois milhões e quinhentos mil euros). -----

Bancada do PS na Assembleia Municipal de Viana do Alentejo -----

Alcáçovas, 30/9/2022 -----

A bancada do VIVA na Assembleia Municipal também fez uma declaração de voto, apresentada pelo membro Célia Sabino: -----

Declaração de Voto

A abstenção do VIVA viabiliza a assunção dos compromissos plurianuais, visto ser um assunto já decidido em reunião de Câmara, no entanto, e na perspetiva do VIVA, devia ter sido efetuada uma avaliação ao imóvel por parte da Câmara. -----

Passou-se então ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: -----

Ponto quatro) Pedido de Autorização para assunção dos compromissos plurianuais relativos à Empreitada de Ampliação do Centro Municipal de Proteção Civil de Viana do Alentejo

– Em relação a este ponto da ordem de trabalhos, trata-se também do pedido de autorização para assunção de compromissos plurianuais, destinados à obra de Ampliação do Centro Municipal de Proteção Civil. Prevê-se uma despesa no montante de 45 330,65 € (quarenta e cinco mil trezentos e trinta euros e sessenta e cinco cêntimos) em 2022 e no montante de 118 905,72 € (cento e dezoito mil novecentos e cinco euros e setenta e dois cêntimos) em 2023, o que perfaz uma intervenção nesta obra no montante de 164 236,37 € (cento e sessenta e quatro mil duzentos e trinta e seis euros e trinta e sete cêntimos). -----

Submetido este ponto da ordem de trabalhos a votação, a proposta de autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes da Empreitada de Ampliação do Centro Municipal de Proteção Civil de Viana do Alentejo foi aprovada com 12 votos favoráveis dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Paula Mauricio, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, António Grosso, Marta Rebocho, Rosinda Gaio) e dos eleitos do VIVA (Fernando Silva, Célia Sabino, Ricardo Soldado, Paula Calca e Frederico Carvalho) e 6 abstenções dos eleitos do PS (Nuno Grave, Bernardino Pinto, Fernando Janeiro, João Antunes, José Pereira e Vasco Fialho). -----

Ponto cinco) Proposta de aprovação da 5.ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita

– Neste ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Câmara pediu à Técnica Superior Paula Coelho que explicasse aos membros da Assembleia Municipal a 5.ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita. Foi então referido que esta alteração tem a ver em primeiro lugar, com o Projeto de “Melhoria do Comportamento Térmico e Eficiência Energética do Edifício dos Paços do Município de Viana do Alentejo”. Trata-se de um projeto com financiamento comunitário, cuja realização estava prevista apenas para o ano de 2022. Uma vez que o projeto não vai ficar concluído em 2022, parte do projeto vai ser realizada em 2023. O financiamento comunitário de projetos é uma comparticipação na despesa realizada. Se parte da despesa vai ser realizada em 2023, o financiamento só será recebido em 2023. Daí que 6 012,93 € (seis mil e doze euros e noventa e três cêntimos) da receita relativa a este financiamento passe para 2023. Do mesmo modo também o Projeto da “Empreitada de



Ampliação do Centro Municipal de Proteção Civil”, não está concluído, pelo que uma parte do projeto vai ser realizada em 2023. Assim, parte da receita relativa ao financiamento deste projeto, no montante de 103 630,85 € (cento e três mil seiscentos e trinta euros e oitenta e cinco cêntimos) também só será recebida em 2023. Temos, portanto, um montante de receita de 109 643,78 € (cento e nove mil seiscentos e quarenta e três euros e setenta e oito cêntimos) que passará a ser recebida em 2023. -----
Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto seis) Proposta de aprovação da 5.ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa – Neste ponto da ordem de trabalhos a Técnica Superior Paula Coelho referiu que foram reforçadas as rubricas das verbas afetas aos dois projetos: “Ampliação do Centro Municipal de Proteção Civil” e “Melhoria do Comportamento Térmico e Eficiência Energética dos Paços do Município de Viana do Alentejo”. -----
Esta proposta foi aprovada com 12 votos favoráveis dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Paula Mauricio, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, António Grosso, Marta Rebocho, Rosinda Gaio) e dos eleitos do VIVA (Fernando Silva, Célia Sabino, Ricardo Soldado, Paula Calca e Frederico Carvalho) e 6 abstenções dos eleitos do PS (Nuno Grave, Bernardino Pinto, Fernando Janeiro, João Antunes, José Pereira e Vasco Fialho). -----

Ponto sete) Proposta de aprovação da 2.ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos – Neste ponto da ordem de trabalhos a Técnica Superior Paula Coelho referiu que se procedeu à abertura do Projeto “Grande Rota do Montado”, um projeto conjunto com a CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, com transferência de verba prevista apenas para o ano de 2023, no montante de 1 557,72 € (mil quinhentos e cinquenta e sete euros e setenta e dois cêntimos). Esta alteração ao PPI não se refletiu no Orçamento da Despesa, uma vez que o orçamento abrange somente o ano de 2022. -----
Foram ainda reforçados os dois projetos “Ampliação do Centro Municipal de Proteção Civil” e “Melhoria do Comportamento Térmico e Eficiência Energética do Edifício dos Paços do Município de Viana do Alentejo”. Estes reforços refletiram-se na 5.ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa. -----
Esta proposta foi aprovada com 12 votos favoráveis dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Paula Mauricio, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, António Grosso, Marta Rebocho, Rosinda Gaio) e dos eleitos do VIVA (Fernando Silva, Célia Sabino, Ricardo Soldado, Paula Calca e Frederico Carvalho) e 6 abstenções dos eleitos do PS (Nuno Grave, Bernardino Pinto, Fernando Janeiro, João Antunes, José Pereira e Vasco Fialho). -----

Ponto oito) Proposta de concessão de apoio financeiro à Freguesia de Alcáçovas, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação (Semana Cultural) – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o documento remetido aos membros da Assembleia propõe a atribuição de um apoio no montante de 10 000,00 € (dez mil euros) à Junta de Freguesia de Alcáçovas, para participação na realização da Semana Cultural de Alcáçovas. -----



O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, em representação do executivo da Junta e como parte interessada declarou-se impedido de votar este ponto da ordem de trabalhos, mas antes de sair da sala agradeceu o apoio da Câmara patrocinado através desta verba, que está a votação. Entende tratar-se de um absoluto ato de descentralização que permite ao poder local, aquele que está mais próximo da comunidade, que tem uma intervenção muito direta, fazer iniciativas, apesar do enorme constrangimento que qualquer freguesia do nosso país tem a nível financeiro, poder fazer algo mais pela sua comunidade, o que obviamente é salutar sendo a Freguesia de Alcáçovas solidária com as restantes freguesias no que se refere a apoios que possam ser concessionados para outros eventos no futuro. -----

O Senhor Presidente de Junta de Freguesia agradeceu o apoio, no entanto sem querer fazer um exercício de ingratidão, quis dizer que podia ter sido algo mais, pois não pode dizer que foi suficiente. Para as pessoas que estavam presentes terem uma ideia, esta verba (10 000,00 €) foi a mesma que foi patrocinada para um evento em 2013, no anterior executivo municipal. Portanto há valores absolutamente (pediu desculpa pelo termo utilizado) grotescos do ponto de vista da inflação, a Junta fez esse exercício e só para os presentes terem uma ideia, porque são custos naturalmente grandes, fizeram um apanhado dos custos das tasquinhas, dos stands, na última edição da semana cultural tiveram um custo de 3 167,25 € (três mil cento e sessenta e sete euros e vinte e cinco cêntimos) por três tasquinhas; em 2022 tiveram um custo de 6457,50 € (seis mil quatrocentos e cinquenta e sete euros e cinquenta cêntimos) por 4 tasquinhas. Fazendo o custo à unidade, à tasquinha, dá uma diferença de cerca de 614,00 € (seiscentos e catorze euros). Portanto o aumento foi de sensivelmente 52% em relação ao último aluguer que fizeram em 2019. Podiam ainda falar de segurança, de valores mais altos, nomeadamente a contratação dos artistas. Portanto o valor foi incomensuravelmente superior, foi realizado com enorme custo para o executivo e para as finanças da Freguesia de Alcáçovas. Voltou a reiterar o agradecimento pelo apoio financeiro e referiu que espera mais apoio para o próximo ano. Entenderam que a qualidade do programa que apresentaram e muito do que foi feito foi através de iniciativas municipais que engrandeceram a Semana Cultural, como por exemplo a exposição que aqui foi referida dos “Jornais Centenários”, bem como a exposição que foi inaugurada sobre o Paço dos Henriques, que enobreceu ainda mais a Semana Cultural. No entanto referiu que nas cerca de 50 iniciativas que fizeram na Semana Cultural entenderam que mereceram a confiança de poder ter um reforço da verba no próximo ano. Referiu ainda que todo o dinheiro alocado para este evento não é despesa, é um enorme investimento que se faz à comunidade, à sua revitalização, à revitalização do movimento associativo que muito deu aqui, à evocação e à valorização da identidade histórica e cultural e um estímulo ao desenvolvimento económico e social. Portanto foi um apoio que pensam totalmente justificado. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas saiu da sala por motivo do seu impedimento, sendo a respetiva intervenção considerada como uma introdução e este ponto da ordem de trabalhos. -----

Entrou-se então na discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o membro Bengalinha Pinto questionou, por curiosidade, sobre qual a percentagem do custo do evento que é abrangida



pelos 10 000,00€. Dada a ausência do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas não foi possível esclarecer esta questão. -----
Submetido a votação, este ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade. -----

Esgotada a ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período destinado à intervenção do público. -----

Interveio novamente o senhor Carlos Carvalho, cuja intervenção aqui se transcreve: -----

Sobre os trabalhos de requalificação da escola Isidoro de Sousa, seja em que altura for, vejamos o que nos diz um dirigente do MESA – acrónimo que significa Movimento Escolas Sem Amianto -, a propósito da remoção das coberturas de amianto. -----

Passo a citar: “A maior parte das preocupações prende-se com as remoções propriamente ditas. Mas, já houve outras mais específicas sobre trabalhadores sem as proteções devidas, sobre acidentes com telhas de fibrocimento com amianto que terão caído ao chão e também sobre a falta de aviso aos moradores das imediações. Estas situações são extremamente perigosas para toda a comunidade uma vez que a degradação do amianto liberta fibras microscópicas, potencialmente cancerígenas, que se podem instalar nos pulmões. Mesmo sabendo que a remoção das coberturas de fibrocimento com amianto decorre fora do horário de funcionamento das escolas, ou seja, após a atividade letiva, durante o fim-de-semana ou nas pausas letivas, os pais de muitos alunos mantêm o receio de que não estejam reunidas todas as condições da qualidade do ar quando as aulas são retomadas. A falta de dados das monitorizações, vigilância e acompanhamento, antes do reinício das aulas e após o final de cada intervenção deixa as escolas intranquilas e alarmadas. (fim de citação). -----

Perante isto, é legítimo chamar a atenção para: -----

- a) a forma como vai ser feita a remoção e o respetivo transporte das coberturas de amianto; -
- b) os cuidados que devem ser considerados nesta fase da requalificação; -----
- c) as medidas que devem ser tomadas em toda a escola e para toda a área envolvente. -----

Por agora, é tudo. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que fica o alerta, muito pertinente, pois apesar de não possuir conhecimentos técnicos na matéria, de ouvido, todos conhecem a perigosidade destas matérias, nomeadamente quando toca a amianto, por isso todos os cuidados são poucos quando se está a trabalhar nesta frente. Prevendo-se como se prevê a execução desta obra, durante os períodos letivos, naturalmente que há partes da execução da obra que deverão acontecer fundamentalmente sem as crianças lá estarem, sem os funcionários lá estarem. E mesmo nessa situação, a execução da obra deve ser efetuada com muito cuidado e com todo o rigor que se impõe, pelo que o acompanhamento da obra é muito importante. O senhor Presidente referiu ainda que é necessário acreditar que quem vai fazer o trabalho sabe exatamente o que está a fazer, com os cuidados que é necessário ter. É uma matéria que preocupa todos, porque todos lá têm familiares. -----
O Senhor Presidente da Câmara referiu que este trabalho que envolve toda a complexidade que aqui se falou, vai ser realizado por uma empresa profissional, nem há outra hipótese para o fazer. Há poucas empresas nesta área em Portugal, daí se tratarem de valores muito elevados.



O assunto está a ser coordenado com o Diretor da Escola para que haja o máximo de precaução possível. -----

Passou-se de imediato à leitura da minuta correspondente a esta ata. Votada, foi aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão às zero horas e cinquenta minutos do dia 1 de outubro de 2022. -----

Aprovada a ___ de dezembro de 2022

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
